

Governo promete ser duro com estados que não acertarem dívida

BRASÍLIA — O presidente Itamar Franco e o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, pretendem transformar num acontecimento político a assinatura dos primeiros contratos de refinanciamento da dívida dos estados com a União. Quatro governadores devem assinar os papéis na terça-feira, em solenidade no Palácio do Planalto: Luiz Antônio Fleury, de São Paulo; Hélio Garcia, de Minas Gerais; Antônio Carlos Magalhães, da Bahia; e Ciro Gomes, do Ceará.

Depois de fazer concessões para chegar a um acordo sobre os termos da lei de rolagem — como o refinanciamento em seis parcelas dos atrasados depois de 30 de junho — o Governo federal agora anuncia que vai endurecer: os estados que não procurarem a Fazenda para refinar suas dívidas em até três meses serão executados nos termos originais dos contratos.

— Com o fechamento do acordo, a União inverteu o jogo: de devedora passou a credora da



Fernando Henrique: acordo político

rolagem — avisa uma fonte do Ministério da Fazenda diretamente envolvida nas negociações com os estados.

O que vai acontecer na terça-feira é, na verdade, apenas a demonstração de entendimento político entre o Planalto e quatro

governadores, com dividendos para a política econômica do ministro Fernando Henrique. A lei da rolagem não foi sequer aprovada, mas o Ministério da Fazenda quer apressar o processo do refinanciamento, para começar a receber as primeiras parcelas.

Por enquanto, não é possível sequer saber exatamente o valor que será refinanciado pelos quatro estados que já acertaram os termos para a rolagem das dívidas. A última cifra global da rolagem é de US\$ 19,5 bilhões, mas os valores individuais têm de ser levantados junto às instituições de crédito federal, em cada um dos contratos.

A estimativa é de mais de 20 mil contratos, que terão de ser consolidados num novo instrumento de crédito, pelo qual o Tesouro Nacional assume dívidas que os estados terão 20 anos para quitar. Como garantia, o Tesouro poderá dispor das receitas próprias dos estados.